

OBJETO DELIBERAÇÃO

As Comissões e



SALA SESSÕES

30 / 01 / 2025

MUNICÍPIO DE BARIRI

Bariri, 30 de janeiro de 2025.

MENSAGEM Nº 16/2025

Senhor Presidente,

Encaminhamos a esta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 16/2025, para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

O presente Projeto de Lei visa instituir o Fundo Municipal de Desenvolvimento, como instrumento essencial para a implementação de políticas públicas voltadas ao fomento do desenvolvimento econômico, social e urbano do Município de Bariri. A criação deste fundo é uma medida estratégica para garantir a alocação eficiente de recursos, proporcionando maior autonomia e agilidade na execução de programas voltados à infraestrutura industrial, habitação e incentivo às empresas locais.

A inclusão de apoio a startups, projetos de inovação tecnológica e investimentos em infraestrutura e promoção comercial é estratégica para atrair empresas inovadoras e consolidar o município como um polo regional de desenvolvimento. A promoção de capacitação empresarial e o fortalecimento do ecossistema empreendedor geram um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável.

A captação de receitas provenientes de rendimentos oriundos da concessão de bens imóveis de propriedade do Município de Bariri e decorrente da venda de imóveis industriais, áreas de terras com finalidade industrial ou urbana, bem como a aplicação financeira dos recursos do fundo, assegura sustentabilidade econômica para novos investimentos. Além disso, o auxílio condicionado a parecer prévio do Conselho Municipal de Desenvolvimento órgão de acompanhamento e com formação paritária de membros da administração pública e da sociedade civil garante transparência e eficiência na concessão de benefícios às empresas, fomentando um ambiente favorável ao crescimento econômico e à geração de empregos no Município de Bariri.

O Fundo Municipal de Desenvolvimento reflete o compromisso da administração pública em criar condições para um futuro sustentável, contribuindo para o fortalecimento da economia local e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Bariri.

Contando com a aprovação da matéria, invoco o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Bariri, 30 de janeiro de 2025.

AIRTON LUIS PEGORARO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
RICARDO PREARO
Presidente da Câmara Municipal de Bariri
BARIRI – SP

Câmara Municipal de
Bariri/SP

30 JAN 2025

PROTOCOLO

Nº 76



MUNICÍPIO DE BARIRI

PROJETO DE LEI Nº 16/2025

de 30 de janeiro de 2025.

Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal De Desenvolvimento e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento, vinculado à Diretoria de Serviços de Desenvolvimento e Turismo, com o objetivo de promover a captação, gerenciamento e aplicação de recursos destinados às políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e urbano do Município de Bariri.

Art. 2º O Fundo Municipal de Desenvolvimento será composto por:

I – Recursos provenientes da concessão de uso de imóveis de propriedade do Município, concedidos por meio de licitação;

II – Recursos provenientes da venda de áreas industriais ou urbanas e imóveis industriais de propriedade do Município de Bariri;

III – Recursos provenientes de aplicações financeiras realizadas com os valores do Fundo;

IV – Dotações orçamentárias específicas destinadas ao Fundo;

V – Doações, emendas estadual, federal e municipal, auxílios, contribuições e legados de pessoas físicas ou jurídicas;

VI – Outros recursos que lhe forem atribuídos.

VII – Recursos provenientes de repasses de verbas de fundos específicos dos Governos Federal e Estadual, destinados ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura que viabilizem a instalação, expansão e fortalecimento de empresas no município de Bariri.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão destinados exclusivamente para:

I – Aquisição de área(s) destinada(s) à implantação de polo (s) industrial (is);

II – Edificação de infraestrutura em polo (s) industrial (is) em implantação ou manutenção para os já existentes;

III – Construção de moradias populares;

IV – Construção e reforma de barracões industriais e comerciais;

V – Concessão de auxílio para pagamento de aluguéis às empresas que desejem se instalar ou que já estejam instaladas no Município de Bariri, condicionada a autorização de pagamento à análise e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento;

VI – Subsidiar projetos de inovação tecnológica desenvolvidos por empresas locais, com prioridade para aqueles que gerem impacto econômico e social relevante, condicionada a autorização de pagamento à análise e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento;

VII – Apoiar startups e pequenas empresas inovadoras, com foco no fortalecimento do ecossistema empreendedor do município;



MUNICÍPIO DE BARIRI

VIII – Realizar investimentos em infraestrutura urbana que beneficie diretamente as empresas instaladas no município, como conectividade digital, acessos viários e energia sustentável;

IX – Organizar feiras, rodadas de negócios e ações promocionais voltadas à expansão do comércio e da indústria locais;

X – Promover programas de capacitação em gestão empresarial, logística e exportação, em parceria com instituições reconhecidas.

XI – Custeio de escolas técnicas, cursos de qualificação e ações voltadas ao desenvolvimento profissional, com o objetivo de atender à demanda por mão de obra qualificada e fortalecer o mercado de trabalho local, em parceria com instituições educacionais e empresas.

Art. 4º Os recursos pertencentes ao Fundo deverão ser aplicados no sistema financeiro nacional, de forma a garantir rendimentos até o momento de sua utilização, observando os princípios de segurança e liquidez.

Art. 5º O gerenciamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento será realizado pelo Chefe do Poder Executivo, devidamente apreciado pela Diretoria de Serviços de Desenvolvimento e Turismo.

Parágrafo único. Cabe à Diretoria de Desenvolvimento elaborar planos, programas e relatórios anuais de aplicação dos recursos, que deverão ser apresentados ao Conselho Municipal de Desenvolvimento para análise;

Art. 6º Fica mantido o Conselho Municipal de Desenvolvimento, com competência para:

I – Acompanhar e avaliar a execução dos programas financiados pelo Fundo;

II – Emitir parecer sobre a concessão de auxílio a empresas beneficiárias do Fundo;

III – Propor diretrizes para aplicação dos recursos.

Art. 7º As informações sobre a arrecadação, aplicação e saldos do Fundo deverão ser publicadas trimestralmente no Portal da Transparência do Município.

Art. 8º Ficam alterados o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para adequação aos termos dessa lei, com a criação das rubricas específicas no orçamento do Município de Bariri.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por meio de Decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 10. As despesas com a execução e implementação desta lei correrão à conta de dotação de despesas orçamentárias vigentes, ficando autorizada a suplementação do orçamento aprovado para o ano fiscal de 2025 e, em vigor.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bariri, 30 de janeiro de 2025.

AIRTON LUIS PEGORARO
Prefeito Municipal



De: PROCURADORIA JURÍDICA

Enviado por: Danillo Alfredo Neves (danillo.neves)

Para: PREFEITO (Organograma), DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO (Organograma), SETOR DE DESENVOLVIMENTO (Organograma), WELLINGTON POLLONIO BOF (Interno)

Data: 21 de janeiro de 2025 às 09:37

Bariri, 21 de janeiro de 2025.

À Diretoria de Desenvolvimento Econômico,

Nos termos da atribuição de análise prévia de minutas de projetos de lei, prevista no Art. 9º, VIII da Lei Municipal nº 4.651/2015, verifica-se que o Projeto de Lei elaborado para a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento encontra consonância com o aspecto formal de iniciativa normativa estabelecido pelo Art. 61, II, "e" da Constituição da República, reproduzido obrigatoriamente no Art. 24, § 2º, 2 da Constituição Estadual de São Paulo e no Art. 39, II da Lei Orgânica do Município como parâmetro de constitucionalidade, atendendo outrossim à finalidade material de criação de fundo especial em âmbito municipal, em conformidade com os artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Destarte, a Procuradoria Jurídica opina pela regularidade formal e material da minuta de Projeto de Lei elaborada.

Danillo Alfredo Neves

Procurador do Município

OAB/SP 325.369